



1360
W

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 268645-3 - RECIFE/PE
AGRAVANTE: LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S/A
ADVOGADO: URBANO VITALINO DE MELO NETO
AGRAVADA: HM COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.
ADVOGADO: RAFAEL BARBOSA VALENÇA CALABRIA
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

EMENTA: PROCESSO CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - PRELIMINAR DE DESERÇÃO AFASTADA - VALOR ECONÔMICO DA LIDE AINDA NÃO DEFINIDO - PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO PELA NÃO OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADA - DISPENSABILIDADE - INTELIGÊNCIA DO ART. 475-H DO CPC - NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO QUANTO À PRETENSÃO DE CONVERSÃO DA FORMA DE LIQUIDAÇÃO, AO PLEITO DE SUBSTITUIÇÃO DO PERITO E AO PEDIDO DE ANULAÇÃO DO LAUDO PERICIAL - MÉRITO: DECISÃO QUE PÔS FIM À FASE DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA, HOMOLOGANDO O LAUDO PERICIAL SEM SE MANIFESTAR SOBRE A IMPUGNAÇÃO AO MESMO E SOBRE OS DEMAIS REQUERIMENTOS DA AGRAVANTE - AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO - OFENSA AOS ARTS. 131, DO CPC, E 93, IX, DA CF/88 - NULIDADE CONFIGURADA - AGRAVO PROVIDO.

DECISÃO: "À unanimidade de votos, foi rejeitada a preliminar de deserção do recurso de agravo em razão do valor ínfimo de depósito. À unanimidade de votos, foi rejeitada a preliminar de não conhecimento do agravo pela não interposição dos Embargos de Declaração. À unanimidade de votos, não foram conhecidas as preliminares de não conhecimento do Agravo quanto ao pedido de anulação da decisão agravada, preclusão temporal; não conhecimento do Agravo quanto ao pedido de anulação do laudo pericial, supressão de instância; não conhecimento do Agravo com referência a pretensão da agravante de conversão



1361
04.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

da forma de liquidação; não conhecimento do Agravo quanto ao pleito de substituição do perito e não conhecimento do Agravo quanto ao pleito de anulação do laudo pericial. Mérito: À unanimidade de votos, deu-se provimento ao Agravo de Instrumento, nos termos do voto do Relator".

DATA DO JULGAMENTO: 21 de agosto de 2013.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 268645-3, em que figura, como Agravante, LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S/A e, como Agravada, HM COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da 2ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, POR UNANIMIDADE, em afastar as preliminares suscitadas e, no mérito, dar provimento ao Agravo de Instrumento, nos termos do voto do Relator.

Recife, 08 de outubro de 2013.

Adalberto de Oliveira Melo

ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
Desembargador Relator



1347
cf

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 268645-3 – RECIFE/PE
AGRAVANTE: LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S/A
ADVOGADO: URBANO VITALINO DE MELO NETO
AGRAVADO: HM COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.
ADVOGADO: RAFAEL BARBOSA VALENÇA CALABRIA
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por Liquigás Distribuidora S/A contra decisão proferida pelo Juiz de Direito da 26ª Vara Cível da Comarca de Recife, nos autos da liquidação de sentença proposta por HM Comércio de Derivados de Petróleo Ltda., às fs. 1.235.

Insurge-se a recorrente contra decisão que homologou o laudo pericial de fs. 1.077/1.115, fixando o prazo de quinze (15) dias para que efetuasse o pagamento da dívida, no montante de R\$ 7.551.850,60, com acréscimo de custas e honorários advocatícios, sob pena de incidência da multa prevista no artigo 475-J, do CPC, e intimou a devedora para, em 48 horas, efetuar o depósito da 2ª parcela dos honorários periciais já arbitrados às fs. 1.003, com expedição de alvará. Pede a distribuição por prevenção do Desembargador Alberto Nogueira Virginio, em razão do mesmo ter figurado como relator do Agravo de Instrumento nº 233.524-0, nos termos do artigo 67-B, do RITJPE.

Quanto à fundamentação do recurso, aduz a agravante o seguinte: a) que, diante da insuficiência dos documentos, há necessidade da convalidação da liquidação por arbitramento em liquidação por artigos, para comprovação de fato novo; b) que o laudo é nulo por descumprimento da exigência contida no artigo 431-A, do CPC, porque a perícia foi realizada sem a intimação do assistente técnico; c) que não existem documentos suficientes para a conclusão sobre a existência de lucro na atividade da agravada, além de que o método utilizado na perícia para apuração dos lucros cessantes é inconsistente; d) que houve grave erro metodológico, porque foi desconsiderado o estoque da empresa na aferição do lucro mensal, causando distorção de enormes proporções; e) que, em razão da insuficiência da documentação, a perita judicial decidiu multiplicar as despesas encontradas nos autos por dois (2), para suprir a ausência de documentos; f) que foram considerados somente três (3) meses na investigação dos lucros cessantes, quando é evidente que, quanto maior o lapso temporal investigado, maior será a precisão do laudo; g) que não se justifica a disparidade entre o lucro médio de uma revenda com o mesmo volume e aquele encontrado pela perita judicial.



1348

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

Entende a agravante que a decisão é nula, pois a fase de liquidação de sentença deve ser extinta por decisão de mérito (declaratória), que decida sobre os critérios e modo pelo qual devem ser liquidados os valores, nos termos do artigo 475-D, parágrafo único, do CPC, à luz da demanda (pedido inicial), e não por mera decisão homologatória, sem qualquer fundamento. Acrescenta que não foi apreciada a impugnação ao laudo por ela apresentada, sendo nula a decisão por falta de fundamentação (CPC, artigo 131, c/c CF, artigo 93, inciso IX), com violação ao artigo 475-D, parágrafo único, do CPC e ao princípio de contraditório.

Insurge-se, ainda, contra a não apreciação do requerimento de nova perícia e do requerimento de designação de audiência de instrução com a convocação do perito oficial para responder quesitos já formulados pela agravante e, finalmente, porque o juízo deu início à fase de cumprimento de sentença, independentemente de requerimento específico para tanto, com apresentação de memória de cálculo. Os autos estão instruídos com cópia da ação originária.

Às fs.1.246/1.249, proferi decisão interlocutória, na qual concedi efeito suspensivo à decisão atacada.

A agravada apresentou contrarrazões às fs. 1.271/1.310, pugnano, preliminarmente, pelo não conhecimento do agravo, aduzindo a) deserção, em virtude do recolhimento de valor ínfimo, já que a causa possui um valor econômico claro (R\$ 7.551.850,60), devendo as custas ser recolhidas com base neste; b) ocorrência de preclusão em relação: I) à não apreciação da impugnação ao laudo, que deveria ter sido manifestada por meio de embargos declaratórios, não podendo o Tribunal conhecer de matéria não decidida em primeira instância; II) à conversão da forma de liquidação da sentença, tratando-se de matéria decidida pelo juiz a quo e por esta Corte (AI 233524-0, de relatoria do Des. Alberto Nogueira Virginio); III) ao pleito de substituição da perita, já que não houve impugnação pela agravante.

Pugna, ainda em sede preliminar, pelo não conhecimento quanto ao pedido de anulação do laudo por suposta necessidade de intimação do assistente técnico, já que a perita não realizou qualquer diligência para produzir provas, tomando como base apenas as já carreadas aos autos.

No mérito, defende a inexistência de *error in procedendo*, pois o juízo a quo não apenas proferiu decisão, como homologou o laudo pericial e pôs fim ao processo de liquidação e deu início da fase de cumprimento de sentença, sendo observadas todas as etapas obrigatórias da liquidação por arbitramento. Refuta a alegação de que não há nos autos documentos suficientes para a liquidação do julgado, ressaltando que a produção de novas provas é inaplicável à liquidação por arbitramento. Afirma, ainda, que a agravante alega com vagueza que não foram atendidas as normas para apuração do lucro líquido, porém aponta valor completamente dissociado do que indicam os documentos dos autos, sendo o recurso baseado em meras suposições. Complementa que a perícia foi correta ao considerar a média de



1344
OK

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

faturamento da agravada de apenas três meses, correspondentes ao período em que o contrato foi efetivamente executado. Por fim, pugna pela revogação do efeito suspensivo concedido ao presente recurso.

É o relatório.

Inclua-se em pauta.

Recife, 31 de julho de 2013.

Adalberto de Oliveira Melo

ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

Desembargador Relator



1352
(

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 268645-3 – RECIFE/PE

AGRAVANTE: LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S/A
ADVOGADO: URBANO VITALINO DE MELO NETO
AGRAVADO: HM COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.
ADVOGADO: RAFAEL BARBOSA VALENÇA CALABRIA
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

VOTO

**PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO PELO
RECOLHIMENTO DE VALOR ÍNFIIMO - DESERÇÃO**

Afasto, de logo, a alegada deserção, vez que o valor econômico da lide ainda não está definido. O presente recurso tem por objeto a decisão que homologou laudo pericial.

Desse modo, rejeito a preliminar de não conhecimento do agravo, pelo recolhimento de valor ínfimo.

É como voto, Senhor Presidente.

**PRELIMINARES DE NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO PELA NÃO
INTERPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**

Aduz a agravada que a matéria veiculada no recurso de agravo de instrumento encontra óbice nos limites da devolutibilidade do referido recurso.

Em consequência, estaria precluso o pedido de anulação do laudo pericial e dos demais pedidos formulados pela agravante.

Não prosperam tais alegações.

1343

O Colendo Superior Tribunal de Justiça já decidiu que "ao dispor que da decisão de liquidação caberá agravo de instrumento, o artigo 475-H do CPC está disciplinando o que comumente ocorre, ou seja, que a decisão se limite a resolver o incidente de liquidação, fixando o **quantum debeatur** a ser objeto da execução forçada subsequente (STJ-1º T., REsp 1.090.429, Min. Teori Zavascki, j. 20.5.10, DJ 25.5.10). No mesmo sentido: STJ-2º T., REsp 1.197.267, Min. Eliana Calmon, j. 19.8.10, DJ 30.8.10; STJ-3º T., REsp 1.291.318, Min. Nancy Andrighi, j. 7.2.12, DJ 24.2.12).

O manejo de embargos de declaração, portanto, é dispensável diante do disposto no artigo 475-H do Código de Processo Civil, assegurando-se ao jurisdicionado o direito de dirimir a controvérsia com a interposição do agravo de instrumento.

Por esse motivo, rejeito as alegações de não conhecimento do presente recurso.

É como voto, Senhor Presidente.

MÉRITO

Compulsando os autos mais detidamente, observo que as partes, nos autos da ação originária, foram intimadas a se manifestar, no prazo de dez dias, sobre o laudo pericial (fls. 1.154).

A ora agravada, HM COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA, então denominada MULT GAS DISTRIBUIDORA LTDA – EPP, informou sua concordância com os exatos termos do laudo pericial, requerendo, entretanto, fosse acrescido à condenação o valor que entendia devido a título de honorários sucumbenciais e custas processuais, totalizando R\$ 7.909.067,69 (fls. 1.160/1.161).

A agravante, por sua vez, apresentou a petição de fls. 1.165/1.232, através da qual impugnou o laudo pericial, requereu a declaração da nulidade da prova produzida e pediu a conversão da liquidação por arbitramento em liquidação por artigos, consoante as extensas razões expostas.

Em seguida, o juízo **a quo** proferiu a decisão ora agravada, através da qual homologou o laudo pericial, determinando à executada/agravante que efetuasse o pagamento da dívida, no valor apontado pelo laudo, sem qualquer pronunciamento a respeito da impugnação ao mesmo nem sobre os demais requerimentos formulados por aquela.

47

1354

A decisão agravada é de seguinte teor (fls. 1.235):

"1. Intime-se a executada para, em 48 (quarenta e oito) horas, efetuar o depósito da 2ª parcela dos honorários periciais já arbitrados às fls. 1.003, devendo, ato contínuo, a secretaria expedir o respectivo alvará.

2. Sem prejuízo do ato acima, intime-se, ainda, a executada para, no prazo de quinze (15) dias, efetuar o pagamento da dívida, no valor apontado pelo laudo pericial de fls. 1.077/1.115, o qual, desde já, homologo, devendo a ele ser acrescidas as novas custas e os honorários advocatícios referentes à nova fase, sob pena de incidência da multa prevista no art. 475-J do CPC.

3. Decorrido em branco o prazo ora assinalado, intime-se a parte exequente para requerer o que lhe aprouver no prazo de dez dias.

Recife, 01 de março de 2012. Bel. Damião Severiano de Sousa – Juiz de Direito".

Na dicção do artigo 475-D, do Código de Processo Civil, requerida a liquidação por arbitramento, o juiz nomeará o perito e fixará o prazo para a entrega do laudo.

Ocorre que o parágrafo único ao artigo 475-D, do Código de Processo Civil, determina que "apresentado o laudo, sobre o qual poderão as partes manifestar-se no prazo de dez dias, o juiz proferirá decisão ou designará, se necessário, audiência".

Na hipótese, o laudo foi apresentado às fls. 1.114 a 1.152.

No prazo para se manifestar, a agravante impugnou o laudo pericial, apresentando motivos relevantes, que demandam análise acurada e técnica pelo douto juízo **a quo**, para fundamentar a decisão, sob pena de nulidade a teor do disposto no artigo 131, do Código de Processo Civil e 93, inciso IX, da Constituição Federal.

Na impugnação a agravante demonstra, com base no laudo pericial, a inconsistência das respostas da perita aos quesitos suplementares n.ºs. 3 e 4, entre outras irregularidades.

No quesito n.º 3, indaga-se qual seria o lucro bruto (margem bruta de lucro da autora/agravada), considerando as notas fiscais de venda ao consumidor e compra de botijão da Liquegás. A perita respondeu que "não foram anexados à petição inicial da empresa autora subsídios suficientes que permitissem a comprovação da afirmação que a mesma teria um lucro unitário de R\$ 3,00 (três reais) por botijão de GLP (fls. 1.131).

1355

Lucro Bruto Operacional é a diferença entre a Receita Líquida (Receita Bruta menos as Deduções) menos os Custos das Mercadorias Vendidas, sem considerar as despesas operacionais. Para a autora/agravada, varejista, o lucro bruto são as vendas feitas menos o custo dos bens vendidos, ou seja, a venda de um botijão deduzido o preço de sua aquisição junto ao fornecedor.

De acordo com a estrutura das Demonstrações Contábeis de Resultados utilizadas no Brasil, o Lucro Líquido é a diferença positiva do lucro bruto menos as despesas operacionais e não operacionais.

Evidente que a perita não poderia informar o lucro líquido sem responder nada a respeito da margem bruta do lucro por botijão. Como poderia a perita entregar um laudo conclusivo e ao mesmo tempo afirmar que a documentação é insuficiente?

No quesito nº 4, indaga-se como é feito o cálculo para se chegar ao lucro mensal médio no valor de R\$ 28.944,00 (vinte e oito mil, novecentos e quarenta e quatro reais), informado pela autora/agravada na planilha de cálculos de **fls. 6** e se a conta é apta para demonstrar o lucro que a autora/agravada obtinha em sua atividade. Indagou-se, ainda, em quais documentos a autora/agravada se baseou para chegar a essa conclusão e se a perita concordava com esses cálculos (**fls. 1.131/1.132**).

Disse a perita que "não foram anexados à petição inicial da empresa autora subsídios suficientes que permitissem a comprovação da afirmação que a mesma teria um lucro médio de R\$ 28.944,00 (vinte e oito mil, novecentos e quarenta e quatro reais).

Disse, ainda, a perita que "dessa forma, não se pode validar as premissas adotadas pela empresa autora à apuração da lucratividade mencionada".

Mesmo assim, Senhores Desembargadores, a perita informou em seu laudo a existência de lucros cessantes no montante de R\$ 6.530.000,94 (seis milhões, quinhentos e trinta mil e noventa e quatro centavos), conforme demonstrativo de **fls. 1.150**.

Assiste razão à agravante ao afirmar que a decisão recorrida é nula, já que extinguiu a fase de liquidação de sentença através de simples homologação do laudo pericial, sem apreciar a impugnação

A

1356

apresentada, sendo desprovida de fundamentação, em ofensa ao artigo 131 do CPC¹ e art. 93, IX, da CF/88².

Com essas considerações, conheço do presente recurso, afastando a alegada deserção, vez que o valor econômico da lide ainda não está definido, pelo que dou provimento ao agravo de instrumento, para anular a decisão atacada, devendo outra ser proferida, devidamente fundamentada.

É como voto, Senhor Presidente.

Adalberto de Oliveira Melo
Adalberto de Oliveira Melo
RELATOR

¹ Art. 131. O juiz apreciará livremente a prova, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegados pelas partes; mas deverá indicar, na sentença, os motivos que lhe formaram o convencimento

² Art. 93. [...] IX - Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL – 21 08 13

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 268645-3 – RECIFE/PE

AGRAVANTE : LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S/A

AGRAVADO : HM COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA

RELATOR : DESEMBARGADOR ADALBERTO MELO

RELATÓRIO ÀS FLS. 1347/1349 DOS PRESENTES AUTOS.

DOUTOR DANIEL RAICHELIS DEGENSZAJN (ADVOGADO DA AGRAVANTE
LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S/A - OAB/SP Nº 248.678)

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Eminente relator,

Ilustrados Desembargadores que integram essa Colenda Câmara,

Senhora Procuradora de Justiça,

Demais presentes,

Saúdo também meu *ex adverso* que está aqui ao meu lado e sempre com urbanidade conduziu os trabalhos pela parte contrária,

Venho a essa Tribuna sustentar as razões do Agravo de Instrumento da Companhia Liquigás, com a mais absoluta convicção de que tudo que foi realizado nessa fase de liquidação não tem qualquer valor prático, pela mais absoluta ausência de fundamentação.

Eu vou iniciar pelas questões opostas preliminarmente no Agravo e não vou esgotá-las, porque não me parece necessário. A questão das custas que foi suscitada, primeiramente não comporta nenhum tipo de conclusão quanto à deserção, porque o art. 511 do Código de Processo Civil é claro no sentido de que caberia complementação. Mas, não é necessária a complementação, porque a orientação desse Tribunal foi integralmente cumprida e, em manifestação às contrarrazões, foram demonstrados alguns precedentes desta Corte, e demonstram que as custas foram recolhidas de forma adequada.

Talvez o ponto que suscite, embora não me pareçam relevantes mais questionamentos da parte agravada, teria sido a não oposição de Embargos de Declaração, como pressuposto para a interposição do Agravo de Instrumento. Ora, Excelências, essa questão realmente é nova: não existe lugar algum na legislação, que estabeleça essa necessidade. Isso talvez venha daquele vício que temos quando interposmos Recurso Especial, esse sim, um Recurso de fundamentação vinculada, em que o pré-questionamento é condição de existência, porque a Constituição assim estabeleceu, mas, o Agravo de Instrumento, não. Aliás, acrescento o seguinte: como que a oposição de Embargos de Declaração vai fazer uma decisão nula tornar-se hígida? Esse para mim é um argumento irrespondível: se a decisão é nula, ela é nula na sua origem, e deve ser anulada com, ou sem Embargos de Declaração. E, vou além: os Embargos de Declaração eram absolutamente desnecessários, porque o julgador se comportou de uma forma absolutamente avessa ao processamento da liquidação. Então, esse Egrégio Tribunal deve sim, anular a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

decisão dele, para que outra seja proferida, seja acolhendo nossa impugnação, seja determinando o prosseguimento da liquidação, seja convolvendo essa liquidação em arbitramento. Mas, enfim, são essas considerações iniciais que gostaria de fazer sobre as preliminares, e pedindo desde logo para que sejam afastadas por absolutamente incabíveis.

Essa fase de liquidação, Excelências, começou absolutamente equivocada: a perita foi nomeada, sequer deu ciência às partes de que iria realizar o trabalho, apresentou um laudo absolutamente desconectado com qualquer razoabilidade. E essa intimação, ela é prevista em Lei, não se trata de uma mera formalidade: ela tem um objetivo muito claro, de permitir que as partes participem dessa produção de prova, para inclusive orientar o perito de acordo com alguns critérios e elementos básicos que o assistente técnico pode apresentar. Então, é muito curioso afirmar que não teria prejuízo a falta de intimação num contexto como esse.

Mas, não é só com base nessa questão, absolutamente, que se fundam as razões do recurso. A própria perita judicial ao responder quesito formulado pela agravante, confessa textualmente que não existem documentos nos autos suficientes para aferição do lucro líquido: é uma questão até de irresponsabilidade de a perita ter emitido um laudo conclusivo. Palavras dela, Excelências (fls. 1.118): *"Informe ainda o Sr. Perito se a documentação existente nos autos é suficiente para elucidação da matéria controvertida. Resposta da Srª Perita: Parcialmente"*. E prossegue a Srª Perita, agora, sim, nas palavras dela (fls. 1.125): *"Não foram identificadas nos autos do processo a Demonstração do Resultado do Exercício ou Balancetes Contábeis que permitam a evidenciação com clareza do lucro líquido que a Empresa Autora deixou de auferir"*. Ora, a perita tem plena consciência de que não dispõe de elementos para concluir absolutamente nada! E ela vai além, ela diz o seguinte, às fls. 1.128: *"Não foram identificados no processo indícios da escrituração contábil da Empresa Autora. Sabe-se, infelizmente, que algumas Empresas acabam por não escriturar seus livros contábeis obrigatórios tempestivamente, motivo pelo qual é possível que a Empresa Autora não tenha apresentado tais informações em sua inicial"*. Estamos então falando de uma Empresa que não tem contabilidade, que não apresentou declaração de Imposto de Renda e quer receber por lucros cessantes, que é aquilo que razoavelmente deixou de ganhar, mais de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) – em valores atualizados, esses valores são ainda maiores! É um verdadeiro absurdo, é uma aventura, está amplamente caracterizada uma tentativa de locupletamento ilícito, de enriquecimento sem causa! Isso é manifesto na intenção da parte desde o início, porque logo que a sentença no processo de conhecimento foi proferida, ela se aventurou a ingressar com o cumprimento de sentença pedindo os mesmos R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais). Mas, evidentemente este Tribunal interveio por decisão monocrática, já negando seguimento ao recurso, porque o próprio Juízo a quo já entendeu que aquilo não poderia acontecer, falando: *"- Não! Precisamos, sim, liquidar!"*

Pois bem, Excelências, tem alguns dados objetivos que nos faz por sérias dúvidas da capacidade da Srª Perita! Imaginem que ela desconsiderou o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

estoque ao aferir, ao fazer suas contas. Eu vou dar um exemplo muito simples: imagine que uma Empresa compre 10.000 (dez mil) botijões num mês e não venda nenhum botijão. Quando ela entra no mês seguinte, ela tem 10.000 (dez mil) botijões, mas o faturamento dela, ela não teve nenhuma despesa, porque ela comprou no mês anterior. A Sr^a Perita avaliou o mês seguinte, desconsiderando aqueles botijões que entraram e criou-se uma mágica: a Empresa vendeu mais botijões, do que comprou! Como que pode acontecer algo tão absurdo e uma Perita que tem a intenção de chegar ao resultado correto, adequado, pode se dar, pode ter a coragem de colocar isso num laudo pericial! É tão evidente, o erro é tão grosseiro que se faz por em dúvida até mesmo se ela teria capacidade para realizar o trabalho para a qual foi designada!

Evidentemente que o processo de liquidação, após o laudo pericial, foi apresentada uma impugnação detalhada do laudo pericial: foi feito um requerimento para intimação do Perito para comparecer em audiência para prestar esclarecimentos. O que fez o Sr^o Juiz? Sua Excelência simplesmente homologou o laudo do Perito: ele não fez qualquer consideração sobre a impugnação, sobre a necessidade de esclarecimento, sobre tudo isso que eu acabei de colocar a Vossas Excelências, que está amplamente detalhado nas contrarrazões e numa manifestação seguinte, que demonstram de forma mais absoluta, que é absolutamente inviável o prosseguimento desse processo, tal como ele se desenvolveu em 1^a Instância.

Para que Vossas Excelências tenham a dimensão do que eu estou colocando: uma Empresa – a Liquigás possui mais de 9.000 (nove mil) revendedores no Brasil inteiro: mais de 9.000 (nove mil), ou seja, ela conhece como funciona uma atividade de revenda. Nós estamos falando de uma atividade de em que o faturamento é absolutamente desconectado ao lucro: a própria Distribuidora que fatura, de fato, bilhões de reais por ano, tem o lucro módicos pouco mais de centenas de milhões de reais. Ou seja, é uma atividade que nem mesmo a poupança paga tão pouco para quem tem todo esse dinheiro: se aplicarmos o valor de bilhões de reais na poupança vai ter mais lucro, do que atividade de distribuição de gás de petróleo.

Como então uma Empresa que vende 10.000 (dez mil) botijões por mês, pode conseguir um lucro desse tamanho? Evidentemente que o que temos aqui seria um verdadeiro negócio da China, que qualquer um que abre uma Empresa de revenda de GLP pode receber ao final do contrato, mais de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) em lucro líquido, sem nenhuma despesa. Evidentemente que isso está absolutamente equivocado, a experiência da Empresa mostra (e isso foi colocado até em estudos nos autos), que uma Empresa que vende no atacado conseguiria um lucro líquido aí por botijão, de R\$ 0,43 (quarenta e três centavos) e, na atividade de venda ao consumidor poderia chegar a R\$ 0,70 (setenta centavos), alguma coisa assim.

Mas a Sr^a Perita, Excelências, foi além: ao ser questionada de qual seria a margem bruta da Empresa, ou seja, a diferença entre aquilo que ela pagou à Liquigás e aquilo que ela vendeu ao consumidor, a resposta da Perita foi que



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

ela não tinha condições de dar esse número. Veja bem, isso é elementar! Até quem não tem a especialidade da Perita sabe entender o que é margem bruta: a margem bruta é o começo para chegarmos ao lucro líquido. E, por que o começo? Porque a Empresa não apresenta despesas: misteriosamente, milagrosamente a Perita pegou algumas despesas dos autos de meses em que a Empresa não funcionava (isso é importantíssimo registrar!), ela tinha despesas sem conta de luz, ela pegou essas despesas e multiplicou por 2 (dois) e disse que essas eram as despesas da Empresa. Pela experiência da Liquigás, e isso é muito fácil se constatar (até qualquer um, no dia a dia que adquire botijões de petróleo sabe muito bem o que eu estou colocando): uma Empresa para vender 10.000 (dez mil) botijões, ela precisa ter caminhões; motos; contabilidade; escritório; aluguel. Ela precisa ter: um espaço que permita (ela dentro da classe em que ela é registrada na ANP) poder armazenar esses botijões; ela tem que ter segurança. Cadê estas despesas? Onde estão nos autos? É possível desenvolver atividade de venda de botijão de petróleo, 10.000 (dez mil) unidades por mês sem esses mínimos gastos? Evidentemente que a resposta não comporta dúvida, é evidentemente que não pode ser dessa forma!

E, por isso, eu coloco a seguinte questão a Vossas Excelências: se a Empresa se nega a fornecer documentos, se ela só colocou esses documentos nos autos, se esses documentos não são suficientes, para onde caminharemos nesse processo? O que é que adianta anularmos essa prova para produzir outra prova por arbitramento, se a própria Empresa tem consciência e o Perito disse (e isso é manifesto nas colocações), que não há documento para avaliar! Essa Empresa, Excelências, eu afirmo: ela não tinha lucro! Era uma Empresa que não operava com lucro, porque atividade de revenda de gás de botijão P13, principalmente para o consumidor, é de margem muito apertada! Uma Empresa que não tem nem contabilidade, ela não tem condições de ter lucro, porque somente tem lucro, quem é muito bem gerida! E, uma Empresa que não dispõe de mínimas informações sobre ela, evidentemente não é bem gerida! Então, é possível afirmar com segurança, que essa Empresa não tem lucro! Aliás, em nenhum momento o Poder Judiciário reconheceu que a Empresa tem lucro! O que o Poder Judiciário reconheceu, e isso sim, é que deve ser examinado se ela tem lucro e, se tiver lucro, deve ser pago! Jamais se colocou que a Empresa tem lucro, que ela, sim, opera em lucro, ela é bem gerida, bem administrada. O que se diz foi o seguinte: tem direito a lucros cessantes, ou seja, aquilo que razoavelmente deixou de ganhar! A prova de que ela tem lucro, cabe a ela, que não se desincumbiu desse ônus inafastável!

A proposta de converter em liquidação por artigos é uma proposta que, acima de tudo, é conveniente à própria agravada, porque se ela não tem documentos, ela não tem nada, nada melhor do que se realizar uma perícia indireta! Porque não é possível, diante das provas dos autos, que se possa chegar a algum resultado! Se for mantida a perícia por arbitramento, certamente essa perícia vai ter que ter soma 0 (zero), porque não tem a menor possibilidade de, se diante da documentação colacionada, chegasse alguma conclusão! É por isso, e honestamente a Empresa propõe a conversão em liquidação por artigos, para que, num contraditório amplo que a liquidação por artigos permite, a Empresa



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

demonstre que tinha, sim, estrutura, que tinha, sim, condições e que podia, sim, auferir lucro!

Excelências, apenas para concluir, não tenho mais, não vou discorrer sobre todos os pontos colocados nem em memorial, nem nas razões de Agravo, mas ponderaria a Vossas Excelências o seguinte: será que é razoável que uma Empresa que revende botijões de petróleo, 10.000 (dez mil) unidades por mês, que ganha ali, compra por R\$ 32,00 (trinta e dois reais) da Liquigás e vende por R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) ao consumidor, tem uma margem bruta de R\$ 3,00 (três reais) por botijão, tem que pagar: funcionário; contador; aluguel; *leasing* de caminhão; amortização se o imóvel for próprio (não mostrou que é); aluguel do lugar; vigilância; etc, assim são tantos gastos, inúmeros os gastos, e eu coloco a seguinte questão – será que realmente esse negócio permite essa rentabilidade? Será que então, todos nós aqui não deveríamos parar o que estamos fazendo e abrir uma revenda de botijões de petróleo para ficarmos milionários em 5 (cinco) anos? Aliás, em 3 (três) meses, que foi o tempo que ela operou? Realmente, Excelências, as questões são inquietantes, o que conduz inexoravelmente ao provimento integral do recurso, nos termos do pedido.

Já concluí Excelência, muito obrigado e agradeço a oportunidade!

DOUTOR RAFAEL BARBOSA VALENÇA CALABRIA (ADVOGADO DO AGRAVADO HM COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA - OAB/PE Nº 21.804)

Excelentíssimos Desembargadores,
Membro do Ministério Público,
Demais colegas aqui presentes,
Senhores e Senhoras,

Começo a minha sustentação fazendo uma observação, importante a meu ver, de que apesar da brilhante explanação do *ex adverso*, parece que ele está falando de outra Empresa, e não essa, a Empresa agravada, a minha cliente.

Essa Empresa que hoje se vê como agravada, ela operou somente durante 3 (três) meses e teve suas atividades suspensas pelo não fornecimento, pela não continuidade de um contrato de 5 (cinco) anos por parte da antiga Empresa que foi incorporada pela Liquigás, no caso, a Novogás Argipe do Brasil. Inclusive, tivemos que provar em Juízo, em sede de 1ª Instância, um contrato de fornecimento de GLP, que foi negado pela Empresa, que hoje é a Empresa agravante. Então, os lucros cessantes aos quais a Empresa agravante foi condenada decorre de 4 (quatro) anos e 7 (sete) meses de não cumprimento de um contrato de 5 (cinco) anos. Então, em 3 (três) meses de operação da Empresa agravada, ela recebeu inclusive, diversos prêmios por atingimento de metas pela alta quantidade de vendas, todas elas comprovadas nos autos através de Notas Fiscais emitidas pela Empresa agravante. Então, é simples se chegar à quantidade de botijões de gás comercializados por essa Empresa, na



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

medida em que os documentos que estão nos autos foram emitidos pela própria Empresa agravante. Então, é fácil chegar a uma conclusão, inclusive, de que não há de se falar em estoque quando a Empresa entrou na Justiça para pedir ao Judiciário que determinasse à Empresa ora agravante, que voltasse a fornecer gás à Empresa agravada. Por óbvio, se ela está pedindo o restabelecimento do contrato, todos os botijões de gás foram vendidos, então, não há o que se falar em estoque, e, se chega fácil ao valor comercializado por essa Empresa.

Também não há o que se falar nessa estrutura que a Empresa agravante ora defende, que é necessário para se chegar a esse número de faturamento, porquanto a Empresa com 3 (três) meses de atividade não tem condições de ter essa estrutura que a Empresa agravante diz que é necessária para comercializar a quantidade de botijões de gás efetivamente comercializadas. Então, a perícia partiu do exame dos elementos que existem nos autos, as despesas que foram consideradas foram as de 3 (três) meses de atividades, 3 (três) meses de contrato, com alta produtividade pela Empresa agravante: mais de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais) de lucro mensal, somando-se as vendas dos botijões, os prêmios pagos pela própria Empresa agravante, decorrente do atingimento de metas. Então, faço esse adendo para mostrar que a Empresa agravada aparentemente não é aquela mesma que o nobre causídico aponta em sua sustentação.

A Empresa agravante formula pedido da decisão agravada, por falta de fundamentação na sentença que pôs fim à liquidação do julgado. Porém, apesar dos questionamentos que suscitou no presente agravo, não teve a iniciativa de interpor os competentes Embargos Declaratórios para sanar a alegada omissão. Soa, inclusive, como um procedimento procrastinatório, ingressar agora com um Agravo de Instrumento invocando a nulidade pela qual deu causa: nosso ordenamento jurídico veda a decretação de nulidade por quem deu causa.

Pede também, a Empresa agravada, anulação do laudo pericial afirmando que a Empresa e que a sentença liquidatória não fundamentou a sua, digo, não expôs os fundamentos para que fosse sustentada a liquidação realizada pelo perito. Porém, o Juiz foi claro ao dizer que homologava os cálculos realizados pelo perito, e homologar como sabemos: é concordar, é ratificar, é utilizar como seus aqueles fundamentos expostos na perícia.

Quanto à conversão da forma de liquidação, hoje pretende a agravante de Vossas Excelências, que seja retornado o processo a um estágio pelo qual já passou, pelo qual já havia pedido que a liquidação se fizesse através de perícia contábil, ou seja, por arbitramento. Daquela decisão da Juíza de 1ª Instância, que converteu os cálculos elaborados pelo distribuidor judicial em perícia, na necessidade de realização de perícia, a parte ora agravada interpôs o competente Agravo de Instrumento que foi da relatoria do Doutor Alberto Nogueira Virgínio, que naquela ocasião sustentou taxativamente em seu acórdão o seguinte, pelo qual peço vênias para ler: *"Entretanto, no caso em apreço tenho que se faz necessária a elaboração de uma perícia para se obter*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

o quantum debeatur, tal como entendeu a Magistrada de 1º grau. Como se vê, para a quantificação do valor devido, não se mostram suficientes meros cálculos aritméticos, mas ao contrário, parece exigir atividade intelectual relevante com a utilização de técnicas restritas à especialização contábil, o que só será alcançado através de liquidação por arbitramento." O processo, nós sabemos, ele caminha para frente, não para trás, como pretende a Empresa agravante: diante de um laudo pericial que lhe foi desfavorável, pretende agora rever o processo, reverter a forma de liquidação, para que possa produzir fatos novos, trazer para os autos novas provas que diz ter conhecimento em 9 (nove) anos, desculpem, em tantos anos de atividade nesse ramo. Porém, não trouxe um único elemento que pudesse efetivamente demonstrar que possuía provas que pudesse levar o laudo pericial a tomar um rumo distinto: trabalha com meras suposições que uma Empresa desse porte teria que ter gasto com isso, ou com aquilo, porém, traz elementos produzidos de forma unilateral apenas de acordo com sua convicção para tentar reverter a forma de liquidação realizada nos presentes autos. Peço vênica para mencionar uma lição de Humberto Teodoro Júnior quanto a esse aspecto: "Em regra, nenhuma questão depois de solucionada em juízo pode ser novamente decidida, porque se forma em torno do pronunciamento jurisdicional a preclusão pro judicato, art. 471, caput, requisito necessário a que o processo caminhe sempre para frente, sem retrocesso rumo à solução do litígio".

A Empresa agravante também alega a nulidade do laudo pericial em razão da Senhora Perita, em razão de uma suposta necessidade de intimação do perito para o fim exposto no art. 431-A, ou seja, acompanhar a realização da perícia. No entanto, Excelentíssimos Desembargadores, nós estamos diante de uma perícia contábil realizada de acordo com os elementos existentes nos autos. É óbvio que o procedimento invocado pela Empresa agravante não se aplica ao presente caso: o que ela queria? Que o Perito fizesse os seus cálculos no seu escritório, por óbvio, com a presença do Assistente Técnico do seu lado; do outro Assistente Técnico do seu lado, para tudo foi exercido o contraditório nos presentes autos, Excelências!

A Empresa agravante apresentou seus quesitos, que foram prontamente respondidos pela Senhora perita, indicaram Assistentes Técnicos que apresentaram seus respectivos pareceres, impugnou o laudo pericial, então não há que se falar em exercer o direito de defesa, nem ao contraditório, porquanto adotou todas as medidas que eram cabíveis à espécie, e que entendeu necessárias na ocasião.

Quanto à alegada ausência de documentação e suposta necessidade de se mostrar fato novo. Primeiramente, convém destacarmos que não é a suposta ausência de documentos que permitam a liquidação do julgado, que autoriza a liquidação por artigos. Na verdade, a inteligência do art. 475-E do CPC, é justamente contrária, ou seja, a necessidade de se alegar e provar fato novo é que autoriza a liquidação por artigos. Todavia, "apesar de mencionar que tinha a intenção de participar de produção de provas, provendo documentos, apresentando informações e levando ao conhecimento da Senhora expert alguns custos que são absolutamente imprescindíveis para o desenvolvimento



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

da atividade de revenda", primeiramente destacamos que tal procedimento não se coaduna com o tipo de liquidação por arbitramento, procedida nos presentes autos, como eu disse há pouco.

Além disso, a agravante não se desincumbiu do ônus da prova quanto à existência de elementos outros que pudessem levar-nos à conclusão diversa da que chegou a Senhora Perita. Estamos falando em 3 (três) meses de contrato: a Empresa agravante fala em Declaração de Imposto de Renda, livros contábeis, estrutura outra que pode pertencer a uma Empresa que está há muitos anos no mercado, mas não a uma que está há 3 (três) meses atuando e foi bonificada pela revelação que causou no mercado, pela grande quantidade de venda.

Quanto à alegada ausência de documentação e suposta necessidade de se provar fato novo, desculpem, eu já falei desse tema. Então, a meu ver esgote aqui a contrariedade aos principais temas que foram abordados no Agravo, razão pela qual peço que seja negado provimento ao referido Agravo da Empresa agravante e, como consequência, seja revogado o efeito suspensivo à sentença de 1º grau.

Obrigado.

**PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO PELO
RECOLHIMENTO DE VALOR ÍNFINO - DESERÇÃO**

DESEMBARGADOR ALBERTO VIRGÍNIO (PRESIDENTE)

Está em discussão. Colho voto.

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS

Acompanho o relator.

DESEMBARGADOR ALBERTO VIRGÍNIO (PRESIDENTE)

Eu também acompanho.

DECISÃO:

**"À UNANIMIDADE DE VOTOS, FOI REJEITADA A PRELIMINAR DE
DESERÇÃO DO RECURSO DE AGRAVO, EM RAZÃO DO VALOR ÍNFINO
DE DEPÓSITO".**

Geux



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO PELA NÃO INTERPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

DESEMBARGADOR ALBERTO VIRGÍNIO (PRESIDENTE)

Está em discussão. Colho voto.

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS

Acompanho o relator.

DESEMBARGADOR ALBERTO VIRGÍNIO (PRESIDENTE)

Eu também acompanho.

DECISÃO:

"À UNANIMIDADE DE VOTOS, FOI REJEITADA A PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO PELA NÃO INTERPOSIÇÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO".

PRELIMINAR DO NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO QUANTO AO PEDIDO DE ANULAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA - PRECLUSÃO TEMPORAL, IMPOSSIBILIDADE

DESEMBARGADOR ALBERTO VIRGÍNIO (PRESIDENTE)

Vossa Excelência rejeita esta preliminar?

DESEMBARGADOR ADALBERTO MELO (RELATOR)

Rejeito pelas razões já expostas.

DESEMBARGADOR ALBERTO VIRGÍNIO (PRESIDENTE)

Já expostas, Desembargador Tenório!

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS

Eu também.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR ALBERTO VIRGÍNIO (PRESIDENTE)

Voto no mesmo sentido.

DECISÃO:

“À UNANIMIDADE DE VOTOS, REJEITOU-SE A PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO QUANTO AO PEDIDO DE ANULAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA”.

PRELIMINAR DO NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO QUANTO AO PEDIDO DE ANULAÇÃO DO LAUDO PERICIAL – SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA

DESEMBARGADOR ADALBERTO MELO (RELATOR)

Eu não conheço porque na decisão de mérito não vou tratar de anulação do laudo: vou tratar do *quantum debeatur* e da anulação, se for o caso, da sentença por falta de fundamentação. Eu não conheço essa preliminar.

DESEMBARGADOR ALBERTO VIRGÍNIO (PRESIDENTE)

Está em discussão. Colho voto.

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS

Eu também voto no mesmo sentido.

DESEMBARGADOR ALBERTO VIRGÍNIO (PRESIDENTE)

Eu também.

DECISÃO:

“À UNANIMIDADE DE VOTOS, NÃO CONHECEU DA PRELIMINAR DE NULIDADE DO LAUDO PERICIAL, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR”.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

PRELIMINAR DO NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO COM REFERÊNCIA À PRETENSÃO DA AGRAVANTE DE CONVERSÃO DA FORMA DE LIQUIDAÇÃO

DESEMBARGADOR ADALBERTO MELO (RELATOR)

Eu também não conheço, porque não é objeto do presente Agravo de Instrumento.

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS

Confunde-se até com o mérito, não é?

DESEMBARGADOR ADALBERTO MELO (RELATOR)

Exato.

DESEMBARGADOR ALBERTO VIRGÍNIO (PRESIDENTE)

Ela confunde com o mérito, não é isso? Por isso Vossa Excelência não conhece?

DESEMBARGADOR ADALBERTO MELO (RELATOR)

Eu não conheço.

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS

Eu também.

DESEMBARGADOR ALBERTO VIRGÍNIO (RELATOR)

Desembargador, eu voto acompanhando a Turma.

DECISÃO:

“À UNANIMIDADE DE VOTOS, NÃO CONHECEU DA PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO COM REFERÊNCIA À PRETENSÃO DA AGRAVANTE DE CONVERSÃO DA FORMA DE LIQUIDAÇÃO”.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO QUANTO AO PLEITO DE SUBSTITUIÇÃO DO PERITO

DESEMBARGADOR ADALBERTO MELO (RELATOR)

Também não é objeto do presente Agravo e não conheço desse pedido.

DESEMBARGADOR ALBERTO VIRGÍNIO (PRESIDENTE)

Está em discussão. Colho voto.

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS

Acompanho.

DESEMBARGADOR ALBERTO VIRGÍNIO (PRESIDENTE)

Acompanho a Turma.

DECISÃO:

"À UNANIMIDADE DE VOTOS, NÃO CONHECEU DO AGRAVO QUANTO AO PLEITO DE SUBSTITUIÇÃO DO PERITO".

PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO QUANTO AO PLEITO DE ANULAÇÃO DO LAUDO PERICIAL

DESEMBARGADOR ADALBERTO MELO (RELATOR)

É repetição, já tive essa... (interrompido)

DESEMBARGADOR ALBERTO VIRGÍNIO (PRESIDENTE)

Vossa Excelência apenas destaca para não virem Embargos, não é isso?

DESEMBARGADOR ADALBERTO MELO (RELATOR)

Exatamente, destaco para que não venham Embargos e também não conheço.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR ALBERTO VIRGÍNIO (PRESIDENTE)

Está em discussão. Colho voto.

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS

Voto no mesmo sentido.

DESEMBARGADOR ALBERTO VIRGÍNIO (PRESIDENTE)

Eu também voto no mesmo sentido.

DECISÃO:

"À UNANIMIDADE DE VOTOS, NÃO CONHECEU DA PRELIMINAR DO AGRADO QUANTO AO PLEITO DE ANULAÇÃO DO LAUDO PERICIAL".

MÉRITO

DESEMBARGADOR ALBERTO VIRGÍNIO (PRESIDENTE)

Está em discussão, Desembargador Tenório. Desculpe-me, só um adendo!

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS

Pois não!

DESEMBARGADOR ALBERTO VIRGÍNIO (PRESIDENTE)

Eu inclusive, Desembargador Tenório, eu recebi e é até bom Vossa Excelência tenho certeza a título de esclarecimento: eu recebi, inclusive, Desembargador, o memorial das partes e observo que esses pontos Vossa Excelência trouxe no relatório e voto que o laudo está sendo impugnado, isso foi dito até em sustentação oral, ele não há nos autos documentos que os documentos são insuficientes, inclusive não foi cumprido o art. 431-A, como muito bem disse Vossa Excelência e eu entendi muito bem o posicionamento de Vossa Excelência porque dará oportunidade a ambas as partes ainda a discutir a matéria.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS

Presidente, Desembargador Adalberto, Vossa Excelência tinha condições de ler o pedido no agravo de instrumento com relação ao mérito?

DESEMBARGADOR ADALBERTO MELO (RELATOR)

Pois não, no agravo de instrumento!

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS

O pedido no agravo de instrumento com relação ao mérito da agravante!

DESEMBARGADOR ADALBERTO MELO (RELATOR)

São vários pedidos, mas eu me ative exatamente ao que o agravo de instrumento autoriza serem apreciados.

Os pedidos foram os seguintes!

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS

É somente quando ele termina: com relação ao mérito, que seja dado provimento...

DESEMBARGADOR ALBERTO VIRGÍNIO (PRESIDENTE)

Isso é importante! Para a finalidade de, não é isso que o Senhor quer, Desembargador?

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS

Perfeitamente!

DESEMBARGADOR ADALBERTO MELO (RELATOR)

"(...) Ao final, pede seja processado o recurso, conhecido e provido este recurso para anular a respeitável decisão agravada".



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS

Sim, satisfeito.

DESEMBARGADOR ADALBERTO MELO (RELATOR)

"(...) Para que seja apreciada a impugnação". Ah, apreciar a impugnação é uma consequência quando fundamentar.

DESEMBARGADOR ALBERTO VIRGÍNIO (PRESIDENTE)

Surpreendeu-me e eu imaginava que era o laudo pelo memorial.

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS

Eu sei. Satisfeito.

DESEMBARGADOR ALBERTO VIRGÍNIO (PRESIDENTE)

Então, Vossa Excelência tem condições de votar?

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS

Tenho, sim! Eu ouvi as sustentações orais dos causídicos e também só com estas sustentações eu já tinha firmado meu convencimento e, ainda mais o firmei, após ouvir o voto do eminente relator. Eu atribuo essa e não digo confusão, mas, essa complexidade toda trazida pelas partes, ao fato de que quando se ajuíza a ação, sempre se quer levar vantagem, sobretudo em se tratando de Empresas, de Bancos. Então, é todo mundo querendo levar vantagem em cima dos outros, da clientela, uns aos outros, entre Bancos, entre as Empresas, etc.

Ora, os lucros cessantes eram de fácil deslinde: houve um contrato de 5 (cinco) anos como foi observado pelo causídico primeiro que fez a sustentação oral e, passados 3 (três) meses, houve a rescisão unilateral e é por isso que a parte que decretou, que rescindiu unilateralmente responde civilmente por esta rescisão.

Pois bem, passados 3 (três) meses, então como encontrar os alegados lucros cessantes? Seria de fácil deslinde: era indispensável que a Empresa provasse quanto foi seu lucro líquido durante os 3 (três) meses que perdurou o contrato para então se chegar ao quanto ganharia durante o resto do tempo do contrato, ou seja, 4 (quatro) anos e 7 (sete) meses. Então facilmente se encontraria.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

Eu ouvi do causídico primeiro que fez a sustentação oral, inclusive, dizer que a empresa não tinha sequer registros, não tinha livros, etc. Isso me chamou atenção! Então, a questão é a seguinte: durante da complexidade do laudo pericial deveria o togado singular ter designado pelo menos uma audiência de esclarecimentos onde ele iria ouvir os peritos, os assistentes, ouvir os advogados, etc, mas, ele simplesmente optou por homologar o laudo. Temeroso laudo! Eu estou assim entendendo depois de ouvir o voto de Vossa Excelência e também ouvir as sustentações orais dos causídicos.

De modo, Presidente, com essas sucintas ponderações, tratando-se de um laudo, de um procedimento temeroso feito pela perícia, pela perita, eu também dou provimento ao recurso de agravo de instrumento, acompanhando integralmente o voto de Vossa Excelência.

É assim como voto.

DESEMBARGADOR ALBERTO VIRGÍNIO (PRESIDENTE)

Eu voto no mesmo sentido, pois entendo que esse laudo pericial realmente deixa dúvida conforme foi explicitado, não só pelo relator, mas pelos causídicos que fizeram sustentação oral.

DECISÃO:

"MÉRITO: À UNANIMIDADE DE VOTOS, DEU-SE PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR".

Guil